



Próxima vaga no TCDF será da carreira de auditor

O Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento da ação direta de inconstitucionalidade que questionava a nomeação de André Clemente (foto) como conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF). A decisão derruba os planos de políticos que sonham com uma nomeação para a Corte, uma carreira e tanto, com cargo vitalício. É que, por maioria, os ministros do STF decidiram que Clemente permanece no cargo que ocupa desde 2021 e a próxima vaga a ser aberta na Corte deverá ser ocupada por um auditor de carreira, a não ser que seja reservada a um integrante do Ministério Público de Contas. Muito se falou na futura aposentadoria do presidente, Manoel de Andrade, ou de outros integrantes da Corte que já têm prazo para sair da ativa. Mas a vez agora é de um técnico.

Mariana Campos/CB/DA Press



Roda de samba

O advogado Francisco Caputo, o Kiko, comemorou ontem o aniversário em festa com o tema do Flamengo, o time do coração. O evento reuniu amigos do ex-presidente da OAB-DF, com feijoada e muito samba.

Santa Lúcia da Asa Sul é o mais novo conveniado Geap em Brasília

A partir de 1º de setembro, o Hospital Santa Lúcia Sul, em Brasília, passa a ser o mais nova unidade conveniada da Geap Saúde. O convênio foi assinado na manhã desta sexta-feira, pelo diretor-presidente da Operadora, Douglas Figueiredo, e pelo CEO do Grupo Santa, Gustavo Sá Fiuza Lima. O hospital oferece mais de 40 especialidades médicas, 235 apartamentos, 60 leitos de UTI, 31 semi-intensivos e 22 consultórios.

"Estamos felizes, porque depois de sete anos retomamos a parceria com esse conceituado hospital, com mais de 60 anos no Distrito Federal. A Geap, com 80 anos, tem 380 mil beneficiários, e mais de 60 mil são de Brasília e o Santa Lúcia Sul é uma referência de excelência e tradição na saúde do Distrito Federal", afirmou Douglas Figueiredo. O Hospital Santa Lúcia foi o primeiro hospital privado do DF, aberto em 1966. A unidade Santa Lúcia Sul é a maior entre as outras 10 do grupo, que já possuem parceria com a Geap.



Flávia Oliveira/Divulgação

Belinati vai presidir eleições da AMB

O desembargador Roberval Belinati, 1º vice-presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), foi convidado pelo presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), juiz Frederico Mendes Júnior, para presidir a Comissão Eleitoral Geral da entidade, responsável pela organização das eleições nacionais que definirão os novos dirigentes da AMB para o triênio 2025-2028. A posse do magistrado ocorreu na tarde dessa quinta-feira, na sede da AMB, em Brasília. "Pela sétima vez, tenho a honra de presidir as eleições da AMB, considerada hoje a maior associação de magistrados do mundo, com mais de 14 mil associados", ressaltou Belinati. O magistrado ressaltou que exerce essa função desde as eleições de 2007 e assumiu o compromisso de garantir que o processo seja conduzido com máxima isenção, imparcialidade e segurança. As eleições da AMB ocorrerão em 10, 11 e 12 de novembro, por meio eletrônico. Nos dias 13 e 14 de novembro, a votação será presencial nas sedes das associações de magistrados ou por correspondência, com envio pelos Correios até às 18h de 14 de novembro (horário de Brasília).



TJDFT/Divulgação

Arquivo pessoal



Cuidado no cárcere

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), por maioria de votos — 5 a 3 — decidiu que a amamentação e os cuidados maternos exercidos por mulheres presas devem ser equiparados ao trabalho previsto no artigo 126 da Lei de Execução Penal (LEP) para fins de remição de pena. A decisão foi relatada pelo ministro Sebastião Reis Júnior (foto). Com a equiparação, fica definido que é possível descontar um dia de pena a cada três dias dedicados a atividades de amamentação e cuidado materno — considerando sua importância para o desenvolvimento infantil e para a dignidade da mulher encarcerada. O julgamento havia sido suspenso em abril após pedido de vista do ministro Joel Ilan Paciornik, que havia divergido ao alegar ausência de previsão legal explícita para extensão do conceito de trabalho à maternidade. Na volta do julgamento, o STJ firmou o entendimento de forma contundente.

wanezza



Justiça de gênero

Autoras do artigo *A amamentação como trabalho de cuidado para fins de remição da pena*, publicado na obra *Proteção jurídica dos cuidados*, as advogadas Cecilia Mello, Flávia P. Amorim e Marcella Halah, sócias do escritório Cecilia Mello Advogados, avaliam que a decisão é um marco histórico. "Esta decisão corrobora a tese de que o cuidado materno — mesmo não remunerado — deve ser reconhecido como atividade compatível com os fins da Lei de Execução Penal, corrigindo omissão histórica e promovendo justiça de gênero e valor social ao cuidado materno como trabalho", aponta Cecilia Mello, desembargadora federal aposentada e sócia do Cecilia Mello Advogados.

Reprodução/Instagram



Mulheres no poder

A vice-governadora Celina Leão (PP) esteve ontem na posse da desembargadora Soníria Rocha Campos D'Assunção no Tribunal de Justiça do DF. "Sua ascensão reforça a importância da presença feminina na magistratura, fortalecendo uma Justiça mais representativa, sensível e comprometida com a sociedade", ressaltou Celina.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

JUSTIÇA/ Magistrada é a primeira mulher a ser promovida ao cargo de desembargadora no Tribunal de Justiça do Distrito Federal após a resolução 525/2023 do CNJ, que busca a equidade de gênero no Judiciário

Soníria Campos toma posse no TJDFT

» MARIA EDUARDA LAVOCAT

Fotos: Bruna Gaston CB/DA Press

A nova desembargadora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), Soníria Campos D'Assunção, tomou posse ontem à tarde, em cerimônia realizada no Auditório Ministro Sepúlveda Pertence. A magistrada foi promovida por unanimidade pelo Tribunal Pleno, em sessão realizada em 8 de julho. Ela ocupará a vaga deixada pelo desembargador J.J. Costa Carvalho, falecido em maio deste ano.

Soníria afirmou se sentir imensamente honrada e feliz em integrar o TJDFT, que segundo ela, é uma instituição de vanguarda. "É uma grande responsabilidade. Um tribunal em que os colegas juízes demonstram constante preocupação em atender às demandas da população, promovendo a justiça por meio de suas decisões, sentenças e acordos, e buscando, cada vez mais, aproximar-se das pessoas para que a justiça se concretize plenamente", declarou ao **Correio**.

A solenidade contou com a presença da vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão; do presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Jair Soares; do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-DF), Paulo Maurício Siqueira; da vice-procu-



A desembargadora Soníria Campos D'Assunção foi promovida por unanimidade pelo Tribunal Pleno, pelo critério de merecimento

radora-geral Jurídica e Administrativa do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT); e do presidente do TJDFT, desembargador Waldir Leôncio Lopes Júnior, que compuseram a mesa da cerimônia.

Em seu discurso, o presidente do TJDFT, Waldir Leôncio, responsável por conduzir a cerimônia, afirmou que o tribunal celebra a chegada de

uma colega cujo percurso reúne merecimento e reconhecimento por suas qualidades, tanto como pessoa quanto como magistrada. "É, portanto, com alegria e reverência que damos as boas-vindas ao Plenário do Tribunal à desembargadora", declarou.

Waldir Leôncio também aproveitou a ocasião para destacar o exten-

so currículo da nova integrante da Corte e enfatizar que a homenagem não se limitava à sua trajetória profissional, mas abrangia igualmente valores que a instituição busca preservar e cultivar: "coragem para inovar, firmeza nas decisões, sensibilidade para compreender e refletir, serenidade para conduzir e, acima de tudo, justiça para servir".

Perfil

Soníria é natural de Brasília, formada em direito pela Associação de Ensino Unificado do DF (AEUDF) e ingressou na magistratura em 1995. Antes de ser escolhida por meio de uma lista tripartite exclusivamente feminina para promoção ao cargo, pelo critério de merecimento,

Soníria atuava como juíza de direito substituta de 2º grau no próprio Tribunal de Justiça do DF.

A magistrada foi responsável pelo desenvolvimento de um programa de execução fiscal que conquistou o Prêmio "Conciliar é Legal", concedido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e o Prêmio Nacional de Educação Fiscal, da Febrafite.

Entre 2014 e 2015, atuou como juíza auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, onde coordenou o Programa Nacional de Governança Diferenciada das Execuções Fiscais, que posteriormente foi transformado em política permanente. Em janeiro deste ano, assumiu como membro titular do Tribunal Regional Eleitoral do DF (TRE-DF).

A escolha de Soníria para o cargo de desembargadora foi feita a partir de uma lista exclusivamente feminina, elaborada pelo critério de merecimento, conforme determina a Resolução 525/2023 do CNJ, que busca ampliar a participação das mulheres no Judiciário.

Na primeira sessão destinada à escolha para a vaga, o Tribunal havia promovido o juiz Demétrius Cavalcanti, tornando-se o único do país a descumprir a norma do CNJ. A decisão foi posteriormente suspensa pelo próprio Conselho, após repercussão e questionamentos.